

Índios contestam criação de conselho

Reunidas no 11º Encontro de Professores, 25 etnias afirmam que o seminário que anunciou a criação de conselho indígena não passou de "encenação"

Fotos: João Pinduca Rodrigues

O 1º Seminário de Educação Escolar Indígena realizado em maio passado foi uma "farsa", de acordo com representantes de 25 etnias indígenas que, ontem à tarde, assinaram uma nota de repúdio contra o governo do estado. Os índios denunciaram que o evento nada mais foi do que uma "encenação". Eles foram chamados para discutir a criação do Conselho Estadual de Educação Indígena, mas descobriram, esta semana, que o decreto criando o conselho havia sido assinado pelo governador uma semana antes.

"Se eles não queriam levar em consideração nossas idéias, não precisavam fazer toda aquela encenação, chamando 400 representantes indígenas para Manaus para ver o governador assinando um decreto que não valia nada", disse o coordenador da Comissão de Professores Indígenas do Amazonas, Roraima e Acre (Copiar), Tomé Fernandes Cruz, 29. "Essa descoberta chocou muito as comunidades indígenas que acreditaram no seminário, achando que pela primeira vez as autoridades estavam preocupadas em ouvir nossas necessidades".

A nota de repúdio foi elaborada ontem durante o terceiro dia do 11º Encontro de Professores Indígenas. O evento termina amanhã, no Centro de Treinamento Maromba e ainda irá apresentar um documento sobre a educação indígena rumo ao ano 2000.

O 1º Seminário de Educação Escolar, considerado como farsa, contou com a participação de cerca de 400 representantes indígenas

convidados pelo Instituto de Educação Rural do Amazonas (IER-AM) e pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc) para discutir a criação do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena. Foram quatro dias de discussão e uma das principais reivindicações das comunidades indígenas foi a paridade na composição do conselho. Deveria haver 16 conselheiros índios para 16 não-índios. Isto garantiria a igualdade durante as discussões, segundo Cruz.

Além da surpresa de descobrir que o Decreto nº 18.749 publicado em Diário Oficial foi assinado uma semana antes de as comunidades interessadas terem discutido o assunto, os representantes indígenas disseram-se ainda mais indignados ao saber que nem mesmo a composição paritária estava contemplada no decreto. Os índios ficaram com 10 representantes e os não-índios com 12 (seis de entidades governamentais e seis de não-governamentais).

Os índios não chegaram a pedir a revogação do decreto porque acreditam que o conselho indígena é uma conquista do movimento. Eles dão ênfase à necessidade de se colocar em prática o que foi discutido no seminário. Eles também irão discutir, segundo Cruz, outras formas de pressionar o governo a fazer cumprir o que ficou estabelecido pelas comunidades. A nota de repúdio será encaminhada ainda ao Ministério Público e ao governo federal por meio do Ministério da Educação e do Desporto (MEC).

25
etnias assinaram nota de repúdio contra a forma como foi criado o conselho indígena



Índios participam de encontro de professores indígenas, que termina amanhã. A criação de conselho indígena foi discutida

Assessor culpa a burocracia

O assessor de gabinete do secretário estadual de Educação (Seduc), Humberto Michilles, professor Ademir Ramos, 42, contestou a nota de repúdio assinada por lideranças indígenas e entidades não-governamentais. Ele afirma que o Conselho Estadual de Educação Indígena é "legal e legítimo", mas que por questões burocráticas do governo, a data de publicação em Diário Oficial saiu com efeito retroativo ao dia 7 de maio, uma semana antes da realização do seminário que o criou.

"O problema com a data do Diário Oficial é uma questão que envolve a dinâmica da burocracia de Estado", explica Ademir. "O governador fez um ato político assinando publicamente o decreto no dia 14 de maio. Agora, por uma questão interna palaciana, a Casa Civil mandou para a imprensa oficial para que fosse publicado com efeito retroativo ao dia 7. Isto não invalida o ato".

Para Ademir, o seminário e o decreto seriam "farsa" se o governador não tivesse oficializado sua decisão no Diário Oficial. "O governo, ao contrário, tomou para si a decisão de instituir a educação indígena como política pública. Isto é o mais importante. Agora este assunto não será mais uma ação alternativa de uma ONG qualquer; é responsabilidade e dever do Estado", diz.

Sobre o não-cumprimento da paridade na composição do conselho, Ademir diz que o secretário de Educação já convocou uma reunião para o próximo dia 25, às 14h, na sede do Conselho Estadual de Educação, para discutir uma proposta de composição do conselho. "Sabemos que a paridade não está explicitada no decreto, mas ela só será regulamentada com a criação do regimento interno do conselho. A Seduc também é a favor da paridade, mas ela ainda será regulamentada".



O encontro foi realizado na Maromba, na avenida Constantino Nery

Etnias querem escola autônoma

A autonomia das escolas indígenas com uma educação diferenciada é uma das principais reivindicações das etnias que participam do 11º Encontro da Comissão de Professores Indígenas do Amazonas, Roraima e Acre. Amanhã, os participantes encerram o evento assinando um documento sobre o que eles esperam da educação indígena rumo ao próximo milênio.

O coordenador da Copiar, Tomé Fernandes Cruz, disse que hoje a educação indígena continua na "clandestinidade" para os órgãos oficiais que trabalham com educação. "Ainda existe uma resistência em reconhecer que os índios precisam de uma educação diferenciada", diz. "Enquanto isto não acontece, as organizações indígenas é que têm de procurar seus meios dando cursos e recorrendo a outras estratégias para manter e fortalecer a cultura indígena". Cruz diz que a educação que os

órgãos oficiais promove para os índios faz com que eles esqueçam a sua cultura. O professor José Mário Ferreira, 28, da etnia mura, disse que hoje luta para que seus alunos aprendam o máximo sobre sua cultura. Ele ressenete-se, por exemplo, do fato de a língua dos mura ter sido extinta. "Hoje ninguém sabe nem como era a nossa língua nativa", diz.

Ferreira diz que há um projeto para o resgate da língua dos muras. "Mesmo para todos falem o português, é essencial aprendermos a nossa língua materna. Nós não aprendemos o inglês, que não tem nada a ver com a gente?", questiona.

A professora Rose Soares, 33, orienta a educação junto aos ianomamis. Ontem, ela levou alguns de seus alunos para participar do encontro. Com cadernos, canetas e lápis os estudantes ianomamis eram o exemplo da educação diferenciada, segundo Rose.